



## ELIO GASPARI

globo.globo.com/brasil/elio-gaspari/

# O SANGUE-FRIO DE DINO E COSTA

O repórter Guilherme Amado revelou detalhes dos acontecimentos do 8 de janeiro que justificam, com sobra, a troca do comandante do Exército, general Júlio César de Arruda. Mais que isso, revelam que o sangue-frio dos ministros da Justiça, Flávio Dino, e Rui Costa, chefe da Casa Civil, livrou o país de uma crise inédita, pela qualidade de suas atitudes.

Aos fatos, pela narrativa de Amado:

Na noite do dia 8, depois da invasão do Palácio do Planalto, do Supremo Tribunal Federal e do Congresso, uma tropa da PM de Brasília dirigiu-se à área onde estavam acampadas pessoas que havia semanas pediam um golpe de Estado. Muitas delas haviam participado das invasões à tarde, e o objetivo era prendê-las, por ordem do ministro Alexandre de Moraes. O comandante militar do Planalto ordenou que os policiais fossem barrados, e a cena da barreira foi mostrada pelas televisões.

Pouco depois, o comandante do Exército reuniu-se com o interventor federal na segurança de Brasília, Ricardo Cappelli, e com o coronel comandante da PM. Conversa dura, e nela o general Arruda teria dito:

– O senhor sabe que a minha tropa é um pouco maior que a sua, né?

Seguiu-se uma nova reunião, desta vez com a presença dos ministros José Múcio (Defesa), Rui Costa e Flávio Dino. Dino queria prender quem estava no acampamento, e o general, além de não admitir as prisões, queria que ele devolvesse os ônibus que haviam transportado pessoas que invadiram os prédios da Praça dos Três Poderes.

Conforme revelou a repórter Marina Dias, as vozes elevaram-se, e os dois puseram-se de pé. Antes que o tempo pudesse fechar, "Rui Costa interveio e conduziu a conversa para uma conciliação. Ficou acordado que as prisões não seriam naquela hora, mas, sim, no dia seguinte de manhã".

Nessa mesma noite, questionado sobre o impasse, cujos detalhes cênicos não eram conhecidos, Dino deu uma resposta burocrática, apaziguadora. Seu sangue-frio evitou que a crise fosse contaminada pelas tintas apocalípticas que Jair Bolsonaro injetou nas relações políticas nacionais. No dia seguinte, foi feita a paz.

Desde o dia 7 de abril de 1831, quando o brigadeiro Francisco de Lima e Silva mostrou a Dom Pedro I que seu reinado acabara, nunca aconteceu coisa parecida. Na manhã do dia 15 de novembro de 1889, o marechal Floriano e o chefe do governo, visconde de Ouro Preto, bateram boca. Pelas narrativas, enriqueceram a boa literatura política.

Até os golpes precisam de uma etiqueta, e os brasileiros sempre a tiveram. Nunca se invadiram palácios nem se depredou o patrimônio.

As cenas ocorridas nos prédios da Praça dos Três Poderes foram inéditas pelo vandalismo, pela vulgaridade e pelo despropósito. Guilherme Amado e Marina Dias mostraram que o clima de cervejaria estava também onde não se imaginava que estivesse.

Em tempo:

Na noite 2 de janeiro de 2021, quatro dias antes da invasão do Capitólio americano, o general Mark Milley, chefe do Estado-Maior Conjunto, viu os tuites dos trumpistas e comentou:

– Esse é o evangelho do Führer.

No dia 6, às 15h, Milley mandou a Guarda Nacional para o Capitólio. Às 19h45, o prédio estava retomado.

**Dino queria prender quem estava no acampamento, e o general, além de não admitir as prisões, queria que ele devolvesse os ônibus que haviam transportado pessoas que invadiram os prédios da Praça dos Três Poderes**

**Elio Gaspari** é jornalista e escreve às segundas e quartas-feiras

# Exército: José Múcio diz que troca no comando foi acertada

FABIO RODRIGUES/ABR



José Múcio, ministro da Defesa

**DEFESA** O ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva permanece com um sentimento de desconfiança em relação às Forças Armadas. Diante disso, ele avaliou que a troca no comando do Exército, do general Júlio César de Arruda pelo comandante militar do Sudeste, general Tomás Miguel Ribeiro Paiva, foi "acertada".

Em entrevista à GloboNews ontem, Múcio afirmou que Lula o pediu que "resolvesse" a questão envolvendo o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro (PL) e nomeado para chefiar o 1º Batalhão de Ações de Comando do Exército em Goiânia. O ministro, contudo, relatou dificuldade em resolver a questão, especialmente por conta de um "ambiente político muito forte" no Exército.

"Senti que ele (Lula) tinha perdido a confiança, não tinha assunto que virasse a página. E nós só poderíamos começar a conversar se a gente virasse essa página", comentou. Segundo Múcio, foram uma "série de coisinhas" que aconteceram que ocasionaram a demissão de Arruda do cargo de comandante do Exército, substituído por Paiva. "Tenho absoluta certeza que foi a decisão acertada. Foi o que nós fizemos, o presidente ficou satisfeito", emendou.

Segundo a Folha de S.Paulo, a nomeação

**Senti que ele [Lula] tinha perdido a confiança, não tinha assunto que virasse a página. E nós só poderíamos começar a conversar se a gente virasse essa página**  
José Múcio Monteiro

Ministro da Defesa, sobre o ex-comandante do Exército

de Cid, que é investigado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), já foi suspensa por Paiva.

Segundo o g1, o governo ainda federal vai transferir a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), hoje sob a alçada do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), para a alçada da Casa Civil, comandada por Rui Costa. A mudança seria capitaneada pelo próprio ministro, a pedido de Lula. Mais de 60 militares nomeados por Bolsonaro já deixaram o GSI.

## Próximo à eleição, Lira turbinou verba do auxílio-moradia

**CÂMARA** A uma semana das eleições que vão definir a sucessão no comando da Câmara, o presidente da Casa e candidato à reeleição, Arthur Lira (PP-AL), editou uma medida que dobra o auxílio-moradia pago atualmente aos deputados.

O texto publicado na última quinta-feira (19), permite aos deputados praticamente dobrar o valor de R\$

4.253 recebido atualmente, por meio do uso complementar de R\$ 4.148 disponíveis na chamada "cota para exercício de atividade parlamentar", que é destinada a custear os gastos dos membros da Câmara. Dessa forma, os parlamentares poderão se beneficiar de R\$ 8.401 para bancar o aluguel em Brasília. Outra benesse garantida foi a ampliação do

reembolso para compra de combustíveis e lubrificantes, que chegará a R\$ 9.392.

Lira é tido como favorito à reeleição na Câmara por ter angariado o apoio de partidos do Centrão, por meio da operação do esquema do orçamento secreto. Ele ainda conta com o apoio do PT, que lidera a segunda maior bancada da Câmara, com 81 deputados na federação com PV e PCdoB.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA – BAHIA**  
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2023  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

A Pregoeira realizará o pregão no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), em 07/02/2023 às 09:00 hrs, para Aquisição de material de construção para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Bom Jesus de Serra, Bahia e setores ligados as mesmas. T: (77) 3461-1012. Edital na sede e no Portal da Transparência do Município. Divulgação dos demais atos do certame no Diário Oficial: <http://www.bomjesusdaserra.ba.gov.br/>. 24/01/2023. Florence de Paula Campos Monteiro - Pregoeira Municipal.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANÓPOLIS/BA**  
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2023

Registro de preço para o fornecimento futuro e eventual de medicamentos, em atendimento as necessidades do Município de Santanópolis-BA, conforme descrito no ANEXO I – participação ampla, de acordo com o estabelecido pelo edital. Recebimento das propostas: Início: Data/Horário: 24/01/2023 às 14h00min. Término: Data/Horário: 06/02/2023 às 08h00min. Recebimento das propostas: 06/02/2023 às 14h00min. O edital encontra-se disponível em sua integralidade no site <https://www.indap.org.br/cad.php?redir=true&estado=Bahia&categoria=Santan%F3polis&palavra=Prefeitura&pg=busca&#>. SANTANÓPOLIS (BA), 23 de janeiro de 2023. Ana Angélica Santos da Silva – Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

**ELINQ – Cooperativa de Trabalho de Montagem e Manutenção Industrial**  
CNPJ: 41.991.365/0001-02 NIRE: 2940001737-1

**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**  
Edital de Convocação

O Presidente da ELINQ – Cooperativa de Trabalho de Montagem e Manutenção Industrial situada à Rodovia BA 535 – Via Parafuso, s/nº, Poloplast, Camaçari, Bahia, CEP 42.801-633, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca os cooperados, que nesta data são em número de 796 ( setecentos e noventa e seis ), para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada, para melhor receber os associados, na Rodovia BA 535 – Via Parafuso, s/nº, Poloplast, Camaçari, Bahia, CEP 42.801-633, no dia 06 de fevereiro de 2023, às 16:00h, em primeira convocação, com a presença de 2/3 dos cooperados; às 17:00h, em segunda convocação, com a presença de metade mais um dos cooperados; ou às 18:00h, em terceira e última convocação, com no mínimo 50 (cinquenta) cooperados ativos ou, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de cooperados ativos, em dia com suas obrigações estatutárias, em terceira e última convocação, prevalecendo o menor número; para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

**Pauta da Assembleia Geral Extraordinária:**

1. Venda da Sede;

Salvador, Bahia, 24 de janeiro de 2023

Presidente da Cooperativa

Jose Orleans Souza Jr.  
Diretor ADINT  
Elinq - Cooperativa de Trabalho

ELINQ - COOP. DE TRAB. DE MONT. E MANUT. IND.  
CNPJ: 41.991.365/0001-02  
R.ODOVIA BA-535 - VIA PARAFUSO S/N - POLOPLAST  
CAMAÇARI BA CEP: 42.801-633  
TEL: 71 3082-1400

## ATOS: AGU PEDE BLOQUEIO DE BENS DE 40 PRESOS

**ANTIDEMOCRÁTICOS** A Advocacia-Geral da União entrou com uma nova ação na Justiça Federal do Distrito Federal pedindo o bloqueio de bens de 40 presos preventivamente por participação nos atos antidemocráticos do dia 8, quando radicais invadiram e depredaram as sedes dos três Poderes. Segundo o órgão, o grupo participou da 'materialização dos atos de invasão e depredação de prédios públicos federais' e por isso deve reparar os prejuízos causados com a depredação das dependências do Planalto, Supremo e Congresso. A Justiça Federal já decretou o bloqueio de R\$ 18,5 milhões de 52 pessoas e sete empresas apontadas como financiadoras dos atos. O órgão requer que os 40 golpistas presos sejam incluídos como alvo de tal bloqueio. Segundo a AGU, foi impetrada uma segunda ação para evitar que o processo seja prejudicado por um número elevado de réus.